

Exame Final Nacional de História B

Prova 723 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2017

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

12 Páginas

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina, a integração da informação contida nos documentos e a eficácia da comunicação em língua portuguesa.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.

GRUPO I

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO LIBERALISMO E O FIM DO ANTIGO REGIME EM PORTUGAL

Extinção dos forais e dos bens da Coroa – a justificação do decreto, por Mouzinho da Silveira (13/08/1832)

Os privilegiados viviam do suor alheio porque, de facto, os reis dispunham dos bens do povo a favor deles [...]. E posto que, pela Carta Constitucional, tivessem em seu poder não aprovar lei alguma que ofendesse os seus interesses particulares, nem por isso tinham em seu poder a renovação das doações, que não podia ser feita sem o consentimento da Câmara

5 dos Deputados: esta espécie de veto, que existia depositado na câmara eletiva, foi a base de todas as resistências [...]. Excetuando [aqueles que aderiram à nossa causa], toda a outra gente privilegiada se fez inimiga da Carta, pela razão de que esta vinha fazer o bem geral. [...]

É então necessário aproveitar os conhecimentos da Europa civilizada e arrancar das mãos dos inimigos o fruto dos trabalhos dos povos. [...] Não é minha intenção arrancar a

10 propriedade a pessoa alguma; e as leis de Vossa Majestade Imperial [V.M.I.]* não consentem semelhante violência; por isso, o decreto que proponho tem, como uma das suas grandes finalidades, aumentar a massa das terras livres de encargos senhoriais [...]. A Nação, tomada coletivamente, não aumenta o seu património em terras, [...] mas a Nação, tomada do ponto de vista dos interesses individuais, adquire muito. Nenhuma lei pode ser mais generosa, porque o

15 seu espírito é repartir riquezas e aumentar a fortuna geral, emancipando a terra de modo a ter por senhores indivíduos que a cultivem ou a alienem. Sem a terra ser livre em vão se invoca a liberdade política. [...]

Reconheço a transcendência de um decreto que não pode deixar de prejudicar alguns interesses, mas renunciar a ele é renunciar à Carta [...]; e, por outra parte, tudo quanto o

20 decreto pode fazer de males está feito em maior escala por nossos inimigos. Não puderam eles invadir a propriedade particular, enforcar, prender, banir milhares de cidadãos, sem outra culpa mais que a da oposição aos seus crimes? [...]

Fazer o maior bem ao maior número, aumentar os meios de trabalho, diminuir os ociosos, fazer povoar o Reino, plantar árvores, cultivar campos e, sobretudo, fazer justiça, são os meios

25 que V.M.I. emprega, e que o povo de Portugal não pode deixar de bendizer.

Fundado nestes princípios, e na informação do longo desejo dos povos, já manifestado em 1820 [...]; fundado sobretudo no quadro de horror quando um cidadão laborioso, cheio das fadigas de um ano inteiro, vê apropriarem-se da sua colheita mil agentes da avidez dos privilegiados e fica reduzido a um miserável resto; [...] e que, sem forais e dízimos, faria dos

30 seus filhos cidadãos industriais e de bons costumes: [...] proponho a V.M.I. um decreto de uma importância superior ao de trinta de julho deste ano, que extinguiu os dízimos.

* D. Pedro, regente de Portugal, antes imperador do Brasil.

1. Numa sociedade de ordens, ou de Antigo Regime, faziam parte dos «privilegiados» (linha 29), a que se refere Mouzinho da Silveira,
 - (A) a burguesia e o povo.
 - (B) a nobreza e o clero.
 - (C) o clero, a nobreza e o povo.
 - (D) o clero, a nobreza e a burguesia.

2. A Carta Constitucional (linha 2), lei fundamental que enquadrava as posições do autor, foi um diploma jurídico
 - (A) outorgado por D. Miguel, que definia o funcionamento das Cortes em câmara única.
 - (B) elaborado pelas Cortes Legislativas, que atribuía ao rei o direito de veto suspensivo.
 - (C) elaborado pelas Cortes Constituintes, que atribuía ao rei o poder moderador.
 - (D) outorgado por D. Pedro, que estabelecia o funcionamento bicameral das Cortes.

3. A facção política que, entre 1828 e 1834, se fizera «inimiga da Carta» (linha 7) era constituída pelos
 - (A) absolutistas.
 - (B) setembristas.
 - (C) regeneradores.
 - (D) cabralistas.

4. Com a legislação sobre os «forais e dízimos» (linha 29) pretendia-se
 - (A) consolidar o monopólio da Companhia Geral da Agricultura.
 - (B) reforçar as prestações e as rendas devidas pelos agricultores.
 - (C) abolir as obrigações exigidas aos camponeses pelos senhores.
 - (D) converter as rendas de valor variável em prestações fixas.

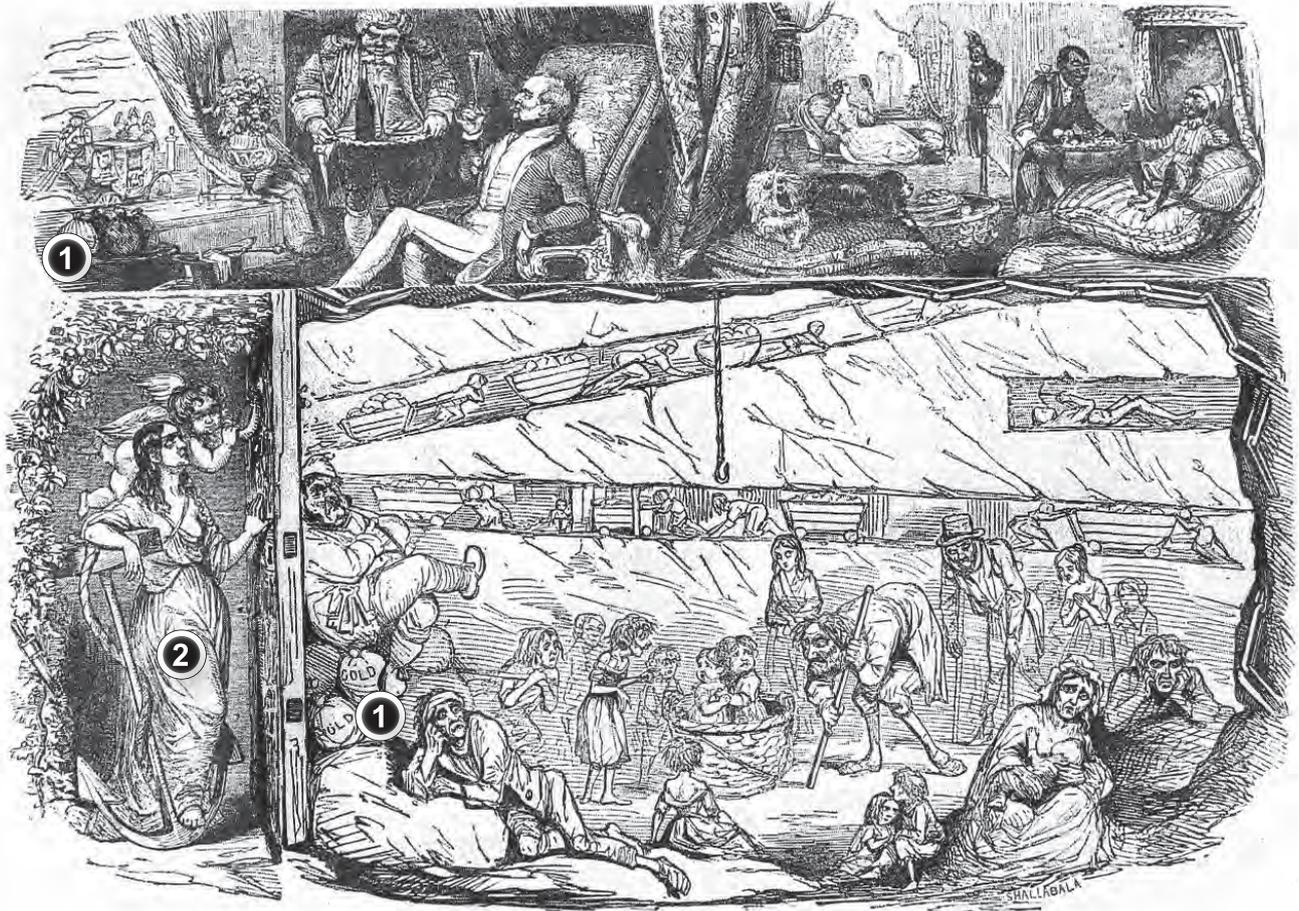
5. Os bens nacionais, provenientes da extinção dos bens da Coroa e da apropriação dos bens das ordens religiosas, após o fim da guerra civil, foram
 - (A) vendidos em hasta pública, no interesse da burguesia.
 - (B) mantidos na posse do Estado, no interesse da Nação.
 - (C) distribuídos pelos rendeiros, em benefício do campesinato.
 - (D) devolvidos aos antigos proprietários, em benefício da nobreza.

GRUPO II

CRISES ECONÓMICAS CAPITALISTAS E DESIGUALDADES SOCIAIS DE MEADOS DO SÉCULO XIX ÀS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Documento 1

**Contrastes na sociedade oitocentista – *O capital e o trabalho*, gravura na revista *Punch*
(12/08/1843)**



- ① Sacos de ouro.
- ② A Esperança, personificada numa figura feminina, impedida de entrar.

Documento 2

As crises do capitalismo, segundo Friedrich Engels

Desde 1825, ano em que estalou a primeira crise geral, todo o mundo industrial e comercial, a produção e a troca [...] saem dos eixos aí de dez em dez anos. O comércio fica congestionado, os mercados estão saturados, os produtos, tão acumulados, não se vendem, o dinheiro torna-se invisível, o crédito desaparece, as fábricas ficam paralisadas, as massas trabalhadoras ficam à míngua de meios de subsistência por terem produzido meios de subsistência em excesso, as falências sucedem-se umas às outras [...]. A crise dura anos, tanto forças produtivas como produtos são desperdiçados e destruídos em massa, até que, por fim, as mercadorias acumuladas se escoam com uma desvalorização maior ou menor e a produção e a troca se põem de novo gradualmente

em movimento. A pouco e pouco acelera-se o andamento, que passa a trote, o trote industrial passa a galope, e este por sua vez aumenta e torna-se uma desenfreada corrida industrial, comercial, financeira e especulativa de obstáculos, para ir de novo parar, depois dos saltos mais perigosos, na vala da falência. E volta sempre tudo ao princípio. Desde 1825 já é a quinta vez que passamos por isto, e, neste momento [1877], estamos a passar pela sexta crise.

1. Indique o nome atribuído à sociedade que, no sistema capitalista, era caracterizada pelas desigualdades refletidas no documento 1.

2. Explique, a partir do documento 1, três aspetos que refletem o contraste entre a condição da burguesia capitalista e a condição operária.

3. As crises do capitalismo, analisadas pelo autor do documento 2, refletiam o predomínio do
 - (A) protecionismo económico, por meio do qual o Estado intervinha para defender a economia nacional da concorrência estrangeira.
 - (B) intervencionismo estatal, por meio do qual o Estado regulava o funcionamento da economia e assegurava a redistribuição da riqueza.
 - (C) liberalismo económico, caracterizado pela defesa das leis naturais da economia de mercado e pela iniciativa individual.
 - (D) dirigismo centralizado do sistema económico, para atingir maiores níveis de produtividade e de desenvolvimento.

4. Refira três características das crises económicas típicas do sistema capitalista, expressas no documento 2.

Identificação das fontes

Doc. 1 – John Leech, *Capital and Labour*, in *Punch* (12/08/1843), in www.victorianweb.org/art/illustration/leech/102.html (consultado em 15/10/2016) (adaptado)

Doc. 2 – Friedrich Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Lisboa, Edições Avante, 1975 (adaptado)

GRUPO III

DOS FUNDAMENTOS DO ESTADO NOVO AOS CAMINHOS DA DESCOLONIZAÇÃO APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

Documento 1

I Exposição Colonial Portuguesa – jornal Ultramar (01/02/1934)

Dr. Oliveira Salazar

Tendo compreendido [...] o que representava a herança sagrada do Portugal ultramarino, o Dr. Oliveira Salazar deixou, no ATO COLONIAL, a expressão correta do colonialismo português. [...] O atual Chefe do Governo Português dá ao País a certeza de que Portugal [...], formando um todo, saberá, melhor, cumprir os seus destinos no Mundo.

O “ULTRAMAR”

O ULTRAMAR aparece como o jornal oficial da I Exposição Colonial Portuguesa [...] [e] pretende ser um jornal [...] dedicado servidor da causa colonial portuguesa [...].

No alvorecer deste ano de 1934, somos na Europa, e até no Mundo, um exemplo de ordem, de equilíbrio, de firmeza e de organização. Quando o vendaval assola todo o mundo, vai a nossa nau singrando na política, na economia, nas finanças, na vida social [...]. Na atividade colonial, com possessões espalhadas por quatro partes do Mundo, a nossa situação é invejável [...]. Iniciou-se uma obra de arrumação e de equilíbrio.

Documento 2

Principais grupos financeiros portugueses e respetivos interesses no ultramar (da década de 1950 a 1974)

Grupos	N.º de empresas*	Interesses no ultramar
Companhia União Fabril (CUF)	112	Bancos, comércio
Espírito Santo	20	Açúcar, café, petróleo, seguros, bancos
Champalimaud	14	Bancos, seguros, cimentos, química
Banco Português do Atlântico (BPA)	70	Bancos, cervejas, algodão
Borges & Irmão	40	Bancos, petróleo, cervejas
Banco Nacional Ultramarino (BNU)	22	Bancos, seguros, agricultura, algodão, açúcar, celulose, caju, exploração mineira
Fonsecas & Burnay	22	Bancos, diamantes

* Inclui empresas na metrópole e no ultramar.

A situação colonial em Moçambique – cartaz de propaganda da FRELIMO (1973)

NA ZONA DO INIMIGO:

OPRESSÃO



Esta é a vida real dos aldeamentos. Não é verdade o que dizem os portugueses. Os aldeamentos são lugares onde os colonialistas portugueses continuam a exercer a opressão e a exploração sobre o nosso povo, o trabalho forçado, a palmatória, o chicote.

O povo não pode viver sossegado debaixo dos colonialistas portugueses. Este governo português não está para o bem do povo Moçambicano, na nossa terra. É por isso mesmo que a FRELIMO luta para aniquilá-lo, para que o nosso povo seja independente e viva livre.

NA ZONA DA FRELIMO:

LIBERDADE



O objetivo fundamental da luta de libertação Nacional dirigida pela FRELIMO é fazer com que em Moçambique cesse a opressão, a exploração, o trabalho forçado, a palmatória, o chicote. Que o povo viva livre, decida dos seus destinos, trabalhe para o seu próprio benefício.

É exatamente o tipo de vida que já temos nas zonas libertadas. Temos escolas, hospitais, machambas, cooperativas, que servem o povo. A FRELIMO está a construir a liberdade do povo Moçambicano. Por isso, todo o povo deve vir para a FRELIMO.

① Prisão.

③ Escola da FRELIMO.

⑤ Machamba (terreno de cultivo).

② Hospital da FRELIMO.

④ Cooperativa da FRELIMO.

O processo de descolonização, segundo Pedro Pezarat Correia*

A descolonização portuguesa deu-se com um atraso de 30 anos, sob pressão internacional, tendo Portugal, enquanto país descolonizador, perdido a iniciativa e a capacidade para definir as regras do jogo. [...] Impunha-se, como condição da descolonização, a obtenção da paz, o que por sua vez reduzia os dialogantes aos movimentos que tinham travado a guerra. Era totalmente irrealista a posição de Spínola, que quis privilegiar no diálogo agrupamentos surgidos depois do 25 de Abril, sem qualquer representatividade nem legitimidade para tratarem do problema da paz, o que arrastaria o prolongamento da guerra, guerra que o 25 de Abril irremediavelmente condenara. Spínola não tinha solução para esta contradição. A guerra, fenómeno violento, marcara de violência os últimos anos da colonização, violência que não poderia deixar de refletir-se nos primeiros tempos da descolonização. Os atores deste processo haviam-se habituado a acreditar mais na razão das armas do que nas armas da razão. Outro aspeto a considerar é que o agente determinante nos processos de descolonização e na escolha das soluções futuras são os colonizados e não os colonizadores, exatamente porque as independências são conquistas e não dádivas. E isto é particularmente verdade quando o colonizado foi forçado a lançar-se numa guerra prolongada, que lhe custou sacrifícios sem conta, a qual, é óbvio, não iria bruscamente cessar para se aceitarem condições impostas pelo colonizador, numa altura em que este nada tinha a seu favor.

* Destacado membro do MFA, integrou a delegação portuguesa no Acordo de Alvor e pertenceu ao Conselho da Revolução.

1. Refira, a partir do documento 1, três medidas que contribuíram para a «obra de arrumação e de equilíbrio» do regime salazarista, elogiada no jornal *Ultramar*.
2. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relacionados com a evolução económica e política do Estado Novo. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.
 - (A) Publicação do livro *Portugal e o Futuro*, do general António de Spínola.
 - (B) Candidatura de Humberto Delgado à presidência da República.
 - (C) Lançamento da política de condicionamento industrial.
 - (D) Promessa de eleições livres, após a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial.
 - (E) Aprovação do I Plano de Fomento.

3. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

Da política colonial do Estado Novo ao processo de descolonização no imediato pós-25 de Abril.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

- papel económico das colónias, da década de 1930 ao início da década de 1970;
- fatores político-ideológicos que conduziram à eclosão da guerra colonial;
- opções e dificuldades no processo de descolonização.

Identificação das fontes

Doc. 1 – http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Ultramar/N01/N01_master/Ultramar_N01_1Fev1934.pdf (consultado em 10/10/2016) (adaptado)

Doc. 2 – Américo Ramos dos Santos, «Abertura e bloqueamento da economia portuguesa», in *Portugal Contemporâneo* (dir. António Reis), Vol. V, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 119 (adaptado)

Doc. 3 – <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08034.000.016> (consultado em 12/10/2016) (adaptado)

Doc. 4 – Pedro Pezarat Correia, *O processo de descolonização de Angola do «25 Abril» ao «Alvor»*, p. 7, in www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=177 (consultado em 12/10/2016) (adaptado)

GRUPO IV

DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA DO SEGUNDO PÓS-GUERRA À ATUALIDADE

Documento 1

A consolidação da Comunidade Europeia – discurso de Romano Prodi* na sessão comemorativa do 50.º aniversário da Declaração Schuman (09/05/2000)**

Robert Schuman propôs um processo destinado a garantir a paz, a liberdade e a prosperidade na Europa [...], que deveria ser «uma Comunidade Económica» baseada na união dos mercados, culminando numa «Comunidade mais ampla e profunda» e, por conseguinte, numa forma de «Federação Europeia». O projeto europeu tinha, e continua a ter, a liberdade de evoluir em função das circunstâncias e em conformidade com a vontade política dos seus membros. [...]

Numa Europa democrática, as políticas nacionais podem mudar em função das alterações de poder entre os partidos políticos e das pressões eleitorais a curto prazo que podem desviar os governos nacionais dos objetivos a longo prazo. Por conseguinte, a Europa necessita da estabilidade proporcionada por instituições supranacionais. [...]

A Europa moderna é parte de um mundo em rápida evolução, no qual a globalização está a dissipar as fronteiras nacionais e a alterar o papel do Estado-nação. [...] A Europa enfrenta grandes desafios. Para combater o desemprego e tornar a nossa economia competitiva, temos de modernizar as nossas economias e gerar crescimento. A nossa população está a envelhecer e a nossa força de trabalho a diminuir, com sérias implicações ao nível dos sistemas de saúde e de pensões. [...] Estes desafios não podem ser tratados isoladamente, nem podem ser enfrentados sem instituições europeias fortes e eficazes. [...] Os nossos cidadãos sentem-se afastados de «Bruxelas», que muitos consideram uma espécie de conspiração de tecnocratas e burocratas. Não compreendem as funções das diferentes instituições europeias e a relação entre a dimensão nacional e comunitária. [...] Exigem uma democracia bastante mais participada e mais próxima do cidadão.

* Presidente da Comissão Europeia entre 1999 e 2004.

** Documento que propunha a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), com vista a instituir um mercado comum do carvão e do aço entre os países fundadores, da autoria do ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman (1886-1963).

Documento 2

Indicadores socioeconómicos de desenvolvimento em Estados da Europa Comunitária (2008)

Indicadores Países	Taxa de desemprego (%)	PIB per capita (UE=100)
Alemanha	7,5	116
Espanha	11,3	102
França	7,1	106
Luxemburgo	5,1	256
Portugal	7,6	79
Rep. Checa	4,4	82
Roménia	5,8	48
Média UE	7,0	100

1. No imediato segundo pós-guerra, com o mesmo objetivo de «garantir a paz, a liberdade e a prosperidade» na Europa Ocidental (documento 1, primeiro parágrafo), já se promovera

- (A) o diálogo e a resolução pacífica dos conflitos, com a fundação do Pacto de Varsóvia.
- (B) o desenvolvimento e a cooperação no âmbito do Plano Molotov, geridos pelo COMECON.
- (C) a ajuda económica e a aplicação dos fundos do Plano Marshall, coordenadas pela OECE.
- (D) a confiança e a colaboração militar entre os dois blocos, com a criação da OTAN/NATO.

2. Associe cada uma das etapas de aprofundamento do «projeto europeu» (documento 1, primeiro parágrafo), presentes na coluna **A**, ao respetivo entendimento entre os Estados-Membros, que consta da coluna **B**. Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e o único número que lhe corresponde.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Estabelecimento de um mercado sem fronteiras internas com o objetivo de permitir a livre circulação de pessoas, de serviços, de mercadorias e de capitais.	(1) Tratado de Maastricht
(b) Criação de uma União Europeia assente em três pilares: o da integração económica, o da política externa e de segurança e o da justiça e assuntos internos.	(2) Tratado de Roma
(c) Aprovação de regras para controlo da disciplina orçamental por parte dos Estados-Membros e adoção de políticas comunitárias de promoção do emprego.	(3) Ato Único Europeu
	(4) Tratado de Amesterdão
	(5) Acordo de Schengen

3. Transcreva duas afirmações que exprimem a visão federalista de Romano Prodi no debate sobre a integração política na União Europeia (documento 1).

4. Explique, a partir dos documentos 1 e 2, três dificuldades que se colocam ao projeto europeu, no início do século XXI.

Identificação das fontes

Doc. 1 – http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-00-172_pt.htm (consultado em 20/10/2016) (adaptado)

Doc. 2 – www.pordata.pt/ (consultado em 18/10/2016) (adaptado)

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item					Cotação (em pontos)
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.	4.	5.	
	5	5	5	5	5	25
II	1.	2.	3.	4.		
	5	25	5	20		55
III	1.	2.	3.			
	20	5	50			75
IV	1.	2.	3.	4.		
	5	5	10	25		45
TOTAL						200

Prova 723
2.ª Fase
VERSÃO 1